

Rafael, a sua apresentação foi muito esclarecedora. Muito obrigada. Você deu uns números extremamente importantes para essa discussão somada com a apresentação do Bispo, aqui. Nós temos elementos interessantes para discutir essa questão da indústria naval no Rio de Janeiro.

Eu queria pontuar algumas coisas e ver como é que vocês estão vendo isso.

Nós estamos, segundo você mencionou, com 12 estaleiro no Rio de Janeiro alguns em recuperação judicial, uma pena, mas nós já tivemos praticamente a pleno emprego no Rio de Janeiro, uns anos atrás, nessa mesma indústria.

O Bispo também apresenta, para 2021 um número de duas plataformas novas para o pré-sal, um número também que já superou quatro; para o ano que vem, três; e esse número só cresce no final do quinquênio. Por aí a vai olhando e vai se perguntando se essa não é a razão, ou melhor, diagnosticando isso como razão de um desaquecimento da demanda do apoio marítimo.

Hoje em dia, quando eu olho para o apoio marítimo, eu estou vendo um número da ordem de 350 embarcações de apoio apoiando essa indústria do petróleo de bandeira nacional e os 10% disso de bandeira estrangeira.

Essa é a preocupação. A nossa preocupação é que, embora se reconheça que o BR do Mar é extremamente relevante para a cabotagem brasileira, para interiorizar a navegação se utilizando de rios navegáveis - a distribuição de combustíveis no Brasil se apoia demais na cabotagem também, e vai por aí afora - mas a nossa preocupação é que essa desaceleração da atividade é petroleira por conta das restrições de investimento para a Petrobras, por conta das restrições de investimento que vão sendo decorrentes da queda do preço do petróleo, por conta de dificuldades de estaleiros locais também desassistidos pela diminuição das encomendas e pela queda do preço do petróleo. Eles possam ter suas demandas afetadas pela permissão do BR do Mar em termos de acréscimo de embarcações de bandeiras estrangeiras que poderiam, então, por exemplo, há embarcações que podem ter tripulação com salários muito distintos dos praticados no Brasil e com remunerações e questões trabalhistas muito diferentes das exigidas pelo nosso Ministério do Trabalho e Emprego.

E a soma disso tudo se traduz, a meu ver, e aí eu gostaria da opinião de vocês, numa questão que é importantíssima: isso se traduz para o investidor em risco de negócio. Ora, se ele pode não fazer isso, se ele tem esse benefício da bandeira brasileira ameaçada pelo próprio País, por que ele assumiria esse risco?

E aí você mencionou também que há projetos na área de apoio marítimo que estavam aprovados e priorizados, e que deixaram de acontecer. Eu queria saber de você o seguinte, até que ponto você acha que esses elementos que eu estou pontuando aqui são causa e até ponto vocês acham que o BR do Mar pode contribuir ou não para o agravamento dessa situação?

O SR. RAFAEL FURTADO - Bom, vou responder pelo parcialmente à pergunta.

A primeira pergunta foi excelente. Acho que essa provocação, essas questões são fundamentais para enriquecer o debate. Acho que O Bispo pode falar melhor do que eu sobre a demanda do setor, a retomada do setor. A nossa expectativa é que sim, o setor seja reaquecido. O setor de que eu falo é o setor de óleo e gás, ele seja reaquecido e leve consigo também o apoio marítimo.

Falando um pouco dos estaleiros e da demanda para os estaleiros, e na sequência eu falo sobre a BR do Mar, não acredito que a BR do Mar impacte, por exemplo, a construção de embarcações de apoio marítimo no Brasil e também para a navegação interior. Isso porque os nossos estaleiros são extremamente competitivos e capazes de desempenhar essa atividade. Ela é uma demanda que já existe, é um conhecimento que nossos estaleiros têm. Essas embarcações têm sido feitas no Brasil e acredito que continuarão sendo feitas no Brasil.

Quando se fala do risco e da preocupação com relação à cabotagem, e só faço um parêntese, não sou eu que estou conduzindo a discussão da BR do Mar, a gente tem gente muito mais capacitada do que eu para falar de forma mais abrangente sobre isso, mas vou falar um pouco sob a ótica que a gente tem aqui. Quando a gente fala de cabotagem e de embarcações construídas no Brasil relacionadas com a cabotagem, se nós tirarmos a BR do Mar do jogo na discussão aqui, nós estamos exatamente na situação que existe hoje. Que nós não temos praticamente a construção de embarcações de cabotagem no Brasil. Nós não tivemos um histórico significativo de construção de embarcações de cabotagem no Brasil.

Então não é possível se afirmar, ou melhor, é possível se afirmar o contrário, ou seja, que a BR do Mar não afeta a construção de embarcações no Brasil porque essas construções já não acontecem. Isso é fato. O fato é que os registros que nós temos de construção de embarcações é praticamente zero embarcação, pouquíssimas embarcações construídas ao longo dos últimos anos. E o que a gente não pode ter é um cenário onde o mercado está fechado.

A oferta de embarcações ou de atividades de cabotagem é uma oferta reduzida. E o com o incremento da atividade de cabotagem a gente vai ter sim, obviamente, um incremento de demanda de reparo, por exemplo, de manutenção de embarcações.

Então, se nossos estaleiros são capazes, e acredito que são, de fazer reparo e manutenção de embarcações desse porte, do porte das embarcações e cabotagem, o mais lógico é que essas atividades sejam feitas aqui e eles têm que estar preparados para isso. Se os estaleiros estão brigando para construir embarcações, na verdade, isso já pode ser feito hoje. Não há nenhuma restrição para a construção de embarcações de cabotagem agora, neste momento, no Brasil, nem de financiamento. E por que essas embarcações não são construídas aqui?

Não entendo que a BR do Mar pode trazer um efeito negativo em relação ao cenário que nós temos hoje. Esse é um ponto que é bem importante. E também reafirmo, os nossos estaleiros têm toda a condição, toda a capacidade, enfim, inclusive de custo, em relação à indústria de óleo e gás. Eu acredito, sim, que essa indústria vai haver uma retomada e com a retomada nós teríamos uma maior demanda no setor.

Essa percepção e esse número que foi trazido aqui pela Magda, em relação à construção de embarcações voltadas para a retirada de petróleo, plataforma de petróleo, são embarcações que funcionam como plataforma.

A gente percebeu isso, inclusive, num estudo de algum tempo da EPE, que é uma empresa de pesquisa energética, ela colhe no mercado essa demanda que foi colocada pelo Luiz Bispo também. E dada essa demanda e dados esses valores da construção dessas embarcações, essas embarcações superam o valor de um bilhão de dólares para a construção. A mera montagem dessas embarcações aqui no Brasil, dos módulos, elas geram uma demanda de mais de um bilhão de reais. Isso é muito emprego que a gente quer que fique no Brasil e pode ficar no Brasil.

Então, é por isso que a gente está num movimento, num esforço muito grande de alterar essa legislação nacional, legislação relacionada ao Fundo da Marinha Mercante, para ampliar a utilização dos recursos. Então, isso para a gente é muito importante.

Lembrando também que, se tivermos um aumento da cabotagem, vai ter um aumento, naturalmente, de atividade de apoio portuário, por exemplo, maior investimento na infraestrutura portuária. Então, isso vai trazer valor para os projetos que há no setor portuário, inclusive para os terminais privados, que ficam, enfim, ao longo do Brasil, mas também tem muitos portos significativos, Porto Açu é um deles, aqui no Rio de Janeiro, e também um maior atrativo para os portos que serão concedidos.

Nós temos um projeto de concessão do Porto de Espírito Santo, da Companhia Docas do Espírito Santo, a venda da Companhia Docas da Bahia e também do Porto de Santos, da Companhia Docas de São Paulo, que, atualmente, se chama SPA. Então, eu acredito que esse incremento da atividade de transporte vai trazer maior valor para esses projetos. Agora, de fato, a gente precisa, sim, ter uma atenção ao setor. Se o Bispo pudesse comentar um pouco sobre a percepção dele a respeito do reaquecimento das demandas, eu acho que vai acrescentar bastante a essa fala.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Dra. Magda, está satisfeita?

A SRA. MAGDA CHAMBRIARD - Estou satisfeita. Eu continuo preocupada, Rafael, com a questão da mistura da embarcação de cabotagem com a embarcação de apoio marítimo para a indústria do petróleo. Eu reconheço que a cabotagem precisa ser incrementada, que tem muito espaço para ela crescer no Brasil, isso aí é inegável, basta olhar para o mapa do Brasil que a gente sente essa necessidade imediatamente, mas na questão da indústria do petróleo, especificamente, os barcos de apoio para a indústria do petróleo, eu enxerguei esses barcos, ao longo do tempo, sendo construídos com financiamento do Fundo da Marinha Mercante, um financiamento essencial para todo esse desafio, mais de 100 barcos serem construídos no Brasil com toda a tecnologia disponível, como você mesmo ressaltou, gerando muito emprego no Estado do Rio de Janeiro. Persiste a minha preocupação de que, na definição do BR do Mar a gente possa estar, ao não definir bem a diferença da embarcação de apoio para a embarcação de cabotagem, misturando isso e permitindo mais bandeira estrangeira do que a gente gostaria de permitir.

Então, é uma preocupação minha e eu gostaria de saber, você já se manifestou, entendo que você não tem essa preocupação, é isso?

O SR. RAFAEL FURTADO - É isso. Eu acho que uma questão, que é uma questão mais operacional, de ter tripulação estrangeira, algo desse tipo, eu não vou conseguir responder aqui especificamente. O que eu posso dizer é que não tem chegado para nós a demanda, especialmente desse setor, é um setor com o qual nós temos um contato muito próximo. Mas não tem chegado esse tipo de questionamento para nós. A preocupação que eles têm - e isso é bem claro - é que o recurso possa, sim, ser utilizado para a manutenção, por exemplo.

A grande preocupação do setor para a utilização desses recursos para manutenção. Isso é bem claro. Bem claro mesmo. É um esforço que a gente está fazendo. Não tenho recebido questionamentos voltados, por exemplo, para preocupação dessa natureza mais concorrencial.

Como disse, eu reafirmo que os nossos estaleiros e, também, as nossas empresas brasileiras de navegação são extremamente capazes de concorrer com quem quer que seja nesse setor. Isso aí eu tenho bastante segurança em afirmar. Não tem sido um problema. Não tem sido demonstrada nenhuma preocupação do setor, pelo menos para gente aqui, relacionado a esse aspecto.

É importante chamar a atenção para esse assunto. É importante esse cuidado. É interessante que tenhamos, sim, uma atenção, obviamente, é um ponto que podemos avaliar e discutir com o setor, mas como falei não tem sido um indicativo de preocupação com relação a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Tem trazido, Rafael, para todo o setor um pouquinho de preocupação, principalmente na questão como a Dra. Magda pontuou da exploração do petróleo, que são as embarcações de apoio.

Acho que muito setores estão contribuindo com sugestões. A discussão tem sido bastante ampla. Os debates fazem parte. Acho que todos com a intenção de contribuir e melhorar para o projeto de lei que está em discussão agora no Senado. Eu tenho certeza de que ao final o projeto de lei certamente vai fechar com um texto que seja benéfico para a população brasileira, para o setor naval.

Então, desde já agradecemos a sua participação. Vou deixar aberto também o prazo pedindo a você e, também, ao Bispo que disponibilizem o material da apresentação para o nosso grupo, porque, os nossos dias com essa questão da pandemia nós temos participado de muitas reuniões remotas e tem havido muitas vezes a coincidência de horário entre elas, com isso, a gente tenta acompanhar mais de uma reunião e muitas vezes a gente acaba perdendo um pouco dos conteúdos.

Então, eu vou deixar aqui definido que até o final desta semana, até sexta-feira, nós receberemos as perguntas por escrito dos demais deputados que são membros da Comissão Especial assim como da assessoria técnica da Casa na pessoa da Dra. Magda Chambriard e do Dr. Mauro Osório, que também não pode estar aqui, porque está na universidade neste momento, para que vocês possam, então, complementar essas explicações, Rafael e Luiz, por e-mail, para que a gente possa também depois disponibilizar todos esses maiores esclarecimentos.

Então, eu agradeço a sua participação, Rafael. Gostei muito de lhe conhecer. Gostei muito das suas explicações. O que você mencionou que já está sendo discutido juntamente com o Ministério da Infraestrutura todas essas revisões na legislação com a intenção de melhorar o setor naval no Brasil, que se dá com brevidade. Nós temos a intenção também de nos reunirmos com o Ministro tanto de Minas e Energia quanto também de Infraestrutura para que nós possamos avançar também com os nossos trabalhos aqui na comissão.

Então, não havendo mais quem queira se manifestar, eu passo a palavra para o Luiz Bispo para que ele possa fazer sua despedida e considerações finais. Em seguida, ao Rafael Furtado, para que também faça suas considerações finais e sua despedida.

O SR. LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO - Muito obrigado pelo convite. Nós, da ANP, estamos à disposição para qualquer esclarecimento. Como eu disse, já enviei a apresentação ao assessor da comissão, que é o André, mas qualquer outra necessidade de esclarecimento estou à disposição.

De novo, agradeço a oportunidade de poder explicar um pouco melhor a política de conteúdo local, que está longe de acessar um percentual mínimo; tem muita coisa que orbita a política e também influencia no resultado da sua aplicação.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Muito obrigada. Com a palavra, Rafael Furtado.

O SR. RAFAEL FURTADO - Eu também agradeço o convite. Eu já disponibilizei a apresentação e fiquem à vontade para fazer perguntas e entrar em contato direto conosco. Nosso dever é esse, prestar contas à sociedade e fazer esclarecimentos.

Finalizando, faço um convite para que os projetos venham para nós. Estamos preparados para fazer o financiamento, temos recursos para financiar projetos no setor. Utilizamos uma importante ferramenta de arrecadação do adicional de frete justamente com esse objetivo; ou seja, estamos arrecadando um recurso, temos que dar uma utilidade para ele e, para isso, precisamos que o mercado nos procure. Certamente, terá toda nossa atenção na análise e na aprovação dos projetos. Contamos com essa colaboração.

Por fim, o diálogo com o Legislativo Estadual, Municipal e Federal é fundamental, porque vamos construindo soluções, ouvindo quais são as demandas, identificando a oportunidade para justamente conseguirmos avançar no desenvolvimento do setor.

Parabéns pelo trabalho de vocês! Estou à disposição. A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Muito obrigada. Enquanto estávamos fazendo a reunião da comissão, tomei conhecimento de que a Petrobras fechou o contrato com a Keppel para a construção da FPSO P-78. Isso significa um percentual de 25% a ser finalizado aqui no Brasil, certamente na Brasfels, em Angra dos Reis, que é o braço da Keppel Fels aqui. Ficamos felizes de também compartilhar essa notícia. Eu gostaria muito que fosse 100%, mas, como não é possível no momento, como já disse o Bispo, ainda assim ficamos felizes de trazer essa informação para todos.

Agradeço a você, Rafael, nosso abraço aos demais membros do conselho diretor, ao Ministro. Um abraço também ao Luiz Bispo, a todos da ANP.

Uma boa tarde a todos. Não havendo mais orador inscrito, encerro a presente reunião ordinária da Comissão Especial de Indústria Naval, Offshore, Petróleo e Gás.

Id: 2319110

Despachos da Mesa Diretora

Em 25.05.2021.

Processo nº:

281/2021 - SUBDIRETORIA-GERAL DA TV ALERJ

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu, nos termos do parecer da douta Procuradoria-Geral da ALERJ, bem como no despacho da Subdiretoria-Geral de Controle Interno, reconhecer a dívida e autorizar a emissão do respectivo termo de reconhecimento de dívida, em favor da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Processo nº

2724/2021 - SUBDIRETORIA-GERAL DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu, nos termos do parecer da douta Procuradoria-Geral da ALERJ, bem como no despacho da Subdiretoria-Geral de Controle Interno, autorizar a contratação direta por dispensa de licitação em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo nº

4722/2021 - LIEZE MARIA MIRA VALENTIM DOS SANTOS

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº

5998/2021 - SUBDIRETORIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO - SGC

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº

6313/2021 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu, nos termos do parecer da douta Procuradoria-Geral da ALERJ, bem como no despacho da Subdiretoria-Geral de Controle Interno, aderir o Registro de Preços nº 007/2020, realizado pela Secretaria de Estado de Administração de Goiás.

Processo nº

6336/2021 - COORDENADORIA DE ALMOXARIFADO

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº

7300/2021 - PRESIDÊNCIA

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº

7328/2021 - PRESIDÊNCIA

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº

7645/2021 - DIRETORIA-GERAL DA ALERJ - DGALERJ

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Atos do Presidente

ATO E/GP/Nº 48/2021

DESIGNAR A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 379/2021.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 20, inciso III, alínea "a" e 24, "caput", do Regimento Interno,

R E S O L V E :

DESIGNAR, para a composição da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 379/2021, como membros efetivos os Senhores Deputados, **ALEXANDRE KNOPLOCH** - PSL, **RENATA SOUZA** - PSOL, **DANNIEL LIBRELON** - REP, **LUCINHA** - PSDB, **MARTHA ROCHA**- PDT, como membros suplentes os Senhores Deputados, **TIA JÚ** - REP e **ALEXANDRE FREITAS** - NOVO.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021.

DEPUTADO ANDRE CECILIANO

Presidente

Despachos do Primeiro Secretário

Em 25.05.2021.

Processos nºs:

3654/2021 - MONICA FREITAS DE AGUIAR**5306/2021 - DAYSE MAGALHÃES DA SILVA BISSOLI****6302/2021 - ANDRE DA COSTA SILVA****7239/2021 - JORGE HERCULANO FERNANDES DA SILVA****7288/2021 - VALDENE GOIS SILVA LIMA****7337/2021 - LUCIO MAURO BAHIANSE MOREIRA****7484/2021 - ATILANA SANTOS DE CARVALHO AMARAL****7635/2021 - INGRID SANTOS MARQUES**

DEFIRO de acordo com as informações constantes dos processos.

Processo nº:

7483/2021 - LEILA FERNANDES DE SOUZA SANTOS

DEFIRO o pedido de anotação nos assentamentos funcionais do requerente de folha 02.

Processo nº:

7159/2021 - PAMELA FONSECA RODRIGUES

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de Adicional de Qualificação.

Processo nº:

7360/2021 - JOEANE LADISLAU FERREIRA

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de Adicional de Qualificação.

Processo nº:

6559/2021 - ALAN SIMEI LOPES

APROVO de acordo com o parecer da Subdiretoria Geral de Controle Interno, de fls. 29, a prestação de contas.